



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639166 - SP (2021/0005382-3)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**IMPETRANTE** : DARCIO CESAR MARQUES  
**ADVOGADO** : DÁRCIO CESAR MARQUES - SP265640  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JUAN CARLOS DA SILVA PAIXAO (PRESO)  
**CORRÉU** : CARLOS HENRIQUE DA SILVA NASCIMENTO  
**CORRÉU** : GIRLEAN PEREIRA DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JUAN CARLOS DA SILVA PAIXAO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 3001818-58.2013.8.26.0590 ).

O paciente foi condenado à pena de 4 anos e 2 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que "o constrangimento ilegal suportado pelo Paciente é visível e detectável na terceira fase da dosimetria da pena, sobretudo, porque, ao tentar justificar a aplicação do redutor mínimo descrito no parágrafo 4º, do art. 33, da LAD, apoiou-se na quantidade de drogas, sem, contudo, observar o quantum fora apreendido no caso em espécie, ou seja, a sentença em momento algum demonstra de maneira clara que houve apreensão de quantidade expressiva de entorpecentes a fim de justificara aplicação mínima do referido redutor" (fl. 8). Aduz, ainda, a ilegalidade do regime inicial imposto.

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja "conhecido liminarmente o presente *writ*, em benefício de JUAN CARLOS DA SILVA PAIXÃO com esteio no art. 660, § 2º, da nossa Lei Adjetiva Penal, com a imposição de regime mais brando ao cumprimento da pena nos termos do art. 33, § 3º, do Código Penal, e, § 4º, do art. 33 da Lei de Drogas e Súmulas 718 e 719 do STF" (fl. 16).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente